


Eliane Cantanhêde

 E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

De 'mordomias' a 'penduricalhos'

Há anos, ou décadas, o nosso **Estadão** grita contra o que era conhecido como "mordomias" do setor público e contra o que é apelidado de "penduricalhos" para magistrados, procuradores, promotores que, assim, não apenas multiplicam seus salários muitas vezes como furam as leis que são pagos para garantir. Os Poderes e os responsáveis fingem não ouvir o grito. Eles vão levando e nós vamos pagando.

O texto constitucional do funcionalismo é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e nenhum agente público, de qualquer po-

der ou cargo, pode receber mais do que R\$ 41.650,92. Está na Constituição. E na prática? Bem... Quem exige dos cidadãos e cidadãs que estejam dentro da lei é craque em criar atalhos para fugir dela.

Segundo o repórter Tácio Lorrain, com base no mês de outubro de 2023, não é um ou outro, nem as exceções, mas sim 47,3% dos 11,2 mil procuradores e promotores estaduais que ganham acima do teto. Em oito Estados, mais de 75% deles. Essa multiplicação, não de pães, mas de salários, é graças a indenizações livres de impostos, vantagens eventuais, auxílios educação, creche, saúde, mora-

dia, alimentação, transporte... E o salário, serve para o quê?

O campeão em salários, ou em driblar o teto, é o MP de Santa Catarina, com uma média – atenção, média! – de R\$

Quem é pago para garantir a lei fura o teto constitucional em favor próprio

106.582,99, mais que o dobro do que a Constituição autoriza e permite. O segundo, ora, ora, é o do Rio de Janeiro, com média de R\$ 93.322,98, e o terceiro,

o de Rondônia, com R\$ 86.374,98. E quanto ganharam os procuradores e promotores do pobre Maranhão, em média, em outubro? "Só" R\$ 59.292,25.

Em outra reportagem, a repórter Rayssa Motta foca numa desembargadora em particular: Tânia Garcia de Freitas Borges, aposentada compulsoriamente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, depois de... usar o peso do cargo para tentar soltar o filho, preso por tráfico de drogas. Afinal, prisão, na prática, é para os filhos dos outros, principalmente pobres, pretos, de periferia.

A Dra. Tânia foi punida pelo

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por violar os princípios de integridade, dignidade, honra, decoro e independência, com uma aposentadoria vitalícia calculada, hoje, em R\$ 36.282,27 por mês. Isso foi em dezembro de 2021, mas ela recebeu R\$ 925 mil no ano de 2023, incluindo R\$ 489 mil em "extras". Façam as contas, senhores e senhoras. Ela fez um bom negócio ao violar tantos princípios... Aliás, penduricalhos são sempre ótimos negócios, mas para quem recebe, não para quem paga: você! ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOBRADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONews EM PAUTA

SE6. Carlos Pereira e Diego Schepel (quizenzenalmento) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenzenalmento) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Judiciário

Toffoli abre investigação sobre delação que Moro homologou há 20 anos

Procuradoria afirma que empresário pode ter sido vítima de constrangimento ilegal; senador já responde a ação na Justiça Eleitoral

RAYSSA MOTTA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de uma investigação para apurar se o senador Sergio Moro (União Brasil-PR), ex-juiz da Operação Lava Jato, cometeu abusos no acordo de colaboração premiada do ex-deputado estadual do Paraná e empresário Antônio Celso Garcia, o Tony Garcia. Em nota, Moro informou que desconhece a decisão e afirmou que "não houve qualquer irregularidade no processo de quase vinte anos atrás".

O inquérito foi autorizado no dia 19 de dezembro, em despacho sigiloso de Toffoli, após pareceres da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal (PF) defendendo a investigação do caso. A informação foi revelada pela GloboNews e confirmada pelo **Estadão**.

"Mostra-se necessária a instauração de inquérito neste Supremo Tribunal Federal para investigação sobre os fatos narrados, nos exatos termos em que pleiteados, na medida em

que demonstrada a plausibilidade da investigação de condutas, em tese, tipificadas como crime", escreveu o ministro.

GRAMPO. A PGR diz que o empresário pode ter sido vítima de constrangimento ilegal. Tony Garcia alega ter sido coagido para fechar delação e afirma que passou a trabalhar como um "agente infiltrado" de Moro, inclusive na investigação ilegal de autoridades com foro, a partir de 2004.

O acordo de colaboração do empresário permaneceu anos sob sigilo na 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Os autos foram encaminhados ao STF quando o juiz Eduardo Appio, crítico declarado dos métodos

por Sergio Moro para investigar juízes, desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e ministros do Superior Tribunal de Justiça em casos que não tinham relação com o processo. Moro nega irregularidades ou investigações clandestinas sobre autoridades.

Em outro procedimento, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que administra e fiscaliza o Poder Judiciário, apura se Moro usou a magistratura com fins político-partidários e se cometeu irregularidades na gestão das multas dos acordos de delação e leniência da Lava Jato.

PRECEDENTE. Ao mandar investigar o ex-juiz, o ministro Luis Felipe Salomão, coordenador nacional do CNJ, começou a pavimentar o caminho para uma possível cassação do mandato do parlamentar, com base no mesmo precedente que deixou inelegível o deputado cassado Deltan Dallagnol, ex-coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba.

Moro também enfrenta uma ação eleitoral sobre gastos na campanha de 2022. O PT, um dos partidos autores do processo, planeja pedir a apuração do caso na esfera criminal. ●

Em análise
O Conselho Nacional de Justiça apura se o ex-juiz cometeu irregularidades em acordos da Lava Jato

da Lava Jato, assumiu os processos remanescentes da operação. Ele enviou o caso ao Supremo para a investigação de supostas irregularidades denunciadas pela defesa.

Tony Garcia fechou a primeira delação após investigação sobre fraudes do Consórcio Garibaldi, em 2004 – antes, portanto, da Lava Jato. Ele afirma, no entanto, que foi usado

Juíza barra vídeo em que filho de ex-ministro do TSE mostra itens de luxo

A juíza Flávia Babu Capanema Tancredo, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), determinou que o vídeo no qual empresário Felipe Brandão exibe artigos de luxo seja removido da internet. Brandão é filho de Benedito Gonçalves, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, no entender da juíza, a divulgação do vídeo, além de ridicularizar o próprio Felipe, pretendia também atingir terceiros – no caso, o ministro Gonçalves.

Benedito Gonçalves integrou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até novembro de 2023. Na Corte Eleitoral, foi relator da ação que deixou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível por oito anos, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. A gravação em que Felipe Brandão aparece com artigos de luxo circulou nas redes sociais como forma de atacar a conduta do ministro contra o ex-presidente.

Publicado em janeiro, o vídeo acumulava mais de 2,8 milhões de visualizações e 167 mil curtidas até o despacho da Justiça do Rio de Janeiro. A gravação foi feita pelo influenciador Anthony Kruijver em uma rua de Amsterdã, na Holanda, famosa pela presença de lojas de luxo. Kruijver costuma questionar os participantes dos vídeos sobre quais marcas de roupa eles estão vestindo.

Brandão se identifica no vídeo como empresário do ramo de artigos de luxo. Ele tem sociedade em cinco empresas com CNPJ ativos, relacionadas com

Audiência

2,8 milhões

de visualizações tinha ontem o vídeo do influenciador Anthony Kruijver com o empresário Felipe Brandão

167 mil

curtidas tinha o conteúdo, postado em 7 de janeiro

divulgação de atividades na internet, marketing, produções artísticas, serviços empresariais e uma franquia de açai. O filho do ministro não possui nenhum cargo público ou político.

Não há irregularidades em exibir artigos de moda, mesmo que os valores sejam milionários. O **Estadão** tentou contato com Brandão para comentar a repercussão do vídeo, mas ele não foi localizado.

O influenciador Anthony Kruijver pergunta, inicialmente, sobre o tênis vermelho usado por Brandão. O modelo Air Force foi produzido pela Nike em parceria com a Louis Vuitton e, em sites brasileiros de produtos importados, custa pouco mais de R\$ 30 mil.

Em seguida, o destaque é para o item mais caro do "outfit": um relógio Richard Mille RM-011. O autor do vídeo diz que o modelo custa mais de € 200 mil (cerca de R\$ 1,07 milhão atuais). Brandão veste uma calça preta com elementos brancos da Denim Tears, que no site da marca custa R\$ 1.027. ●

KARINA FERREIRA E JULIANO GALISI